



PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Republicação da versão publicada no Dje do dia 6/7/2016 por conter erro material

**PROVIMENTO Nº 279-CGJ/AM**

**DISPÕE** sobre a base de cálculo de emolumentos para registro de contrato e escritura de alienação fiduciária de bem imóvel e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**, Corregedor-Geral de Justiça do Estado do Amazonas, no exercício de suas atribuições legais e,

**CONSIDERANDO** que compete à Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Amazonas baixar provimentos e instruções necessários ao bom funcionamento da Justiça, na esfera de sua competência, nos termos do art. 74, inciso XXIV, da Lei Complementar n.º 17/97;

**CONSIDERANDO** a competência da Corregedoria-Geral de Justiça em fiscalizar e orientar a prestação de serviços extrajudiciais do Estado;

**CONSIDERANDO** que o valor dos emolumentos levará em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro;

**CONSIDERANDO** que o Oficial e o Notário devem observar a natureza jurídica do contrato a ser registrado;

**CONSIDERANDO** os termos do Provimento nº 218/2014 – CGJ/AM que dispõe sobre a base de cálculo de emolumentos para registro de contrato de alienação fiduciária de bem imóvel;

**CONSIDERANDO** que o objeto do contrato de alienação fiduciária de bem imóvel tem natureza jurídica de garantia real, na forma da Lei nº 9.514/97, constituída mediante registro na competente circunscrição imobiliária de registro de imóvel;

**CONSIDERANDO** a conjuntura econômica desfavorável ora vivida no Brasil e Estado do Amazonas, delineada pelo arrefecimento da atividade econômica, redução dos indicadores de emprego e pela crise de confiança da população;

**CONSIDERANDO** a necessidade de estimular o financiamento imobiliário, indispensável ao reaquecimento do mercado imobiliário local, ora evidenciando irrefutável desaceleração;



PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

**CONSIDERANDO** que a redução temporária dos emolumentos extrajudiciais incidentes sobre a constituição do direito real de garantia poderá resultar em aumento de demanda pelos serviços notariais e de registro, mediante a possibilidade de regularização de inúmeras transações que permanecem na informalidade,

**RESOLVE:**

**Art. 1º. DETERMINAR** aos Cartórios de Registro de Imóveis do Estado do Amazonas que, nos atos de registro do negócio de compra e venda, com alienação fiduciária de bem imóvel em garantia, seja considerada base de cálculo para cobrança dos emolumentos sobre o registro do ato de alienação fiduciária 50% (cinquenta por cento) do valor previsto nas tabelas de emolumentos fixadas na forma do art. 2º da Lei Estadual nº 2.751/02 c/c Provimento 218/2014-CGJ-AM.

**§1º** A determinação estabelecida no *caput* não é cumulativa com nenhum outro desconto já previsto em lei, na espécie.

**§2º.** A redução prevista no *caput* não incidirá sobre os valores destinados aos Fundos criados por Lei Estadual.

**Art. 2º. DETERMINAR** aos Tabelionatos de Notas do Estado do Amazonas que:

a) Nos atos de escritura de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel, seja considerado, como base de cálculo dos emolumentos, o valor do contrato de alienação fiduciária e não do imóvel que lhe serve de garantia, na forma do Provimento nº 218/2014-CGJ-AM;

b) Nos atos de escritura de compra e venda com alienação fiduciária em garantia de bem imóvel, seja considerado, como base de cálculo dos emolumentos, o valor de 50% do contrato de alienação fiduciária, na forma do art. 2º da Lei Estadual nº 2.751/02.

**§1º.** A redução prevista no *item "b"* não incidirá sobre os valores destinados aos Fundos criados por Lei Estadual.

**§2º.** A determinação estabelecida na alínea "b" não é cumulativa com nenhum outro desconto já previsto em lei, na espécie.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

---

**Art. 3º.** Este provimento entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação original, pelo prazo de 12 meses, revogando-se as disposições em contrário.

**CUMPRA-SE. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE.**

**GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 7 de julho de 2016.

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**  
Corregedor-Geral de Justiça do Amazonas